

EDITAL DE Tomada de Preço N.º 4/2023

Instalação de um sistema de Abastecimento de Água, com Estação Elevatória, Sistema de Reservação e Rede de Distribuição aos moradores da Comunidade da Linha Limeira.

CRISTIANO GNOATTO, Prefeito Municipal de PLANALTO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 3 de Abril de 2023, na Prefeitura Municipal de Planalto, reunirá a Comissão de Licitação, com a finalidade de receber propostas para a presente licitação, do tipo Menor Preço Global.

1 – DO OBJETO:

O Presente Projeto refere-se à Instalação de um Sistema de Abastecimento de Água, com Estação elevatória, Sistema de Reservação e Rede de Distribuição aos moradores da comunidade de Linha Limeira. Projeto, Memorial Descritivo, Orçamento e demais documentos em anexo ao edital.

Obs.: Todos os anexos estarão disponíveis no Portal da Transparência ou poderão ser solicitados pelo email gnoatto_pl@hotmail.com

2 – DO CADASTRO:

2.1 - Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar até o dia **31 de março de 2023**, os seguintes documentos:

- ☐ Negativa de Tributos Federais;
- ☐ Negativa de Tributos Estaduais;
- ☐ Negativa de Tributos Municipais;
- ☐ Negativa de INSS;
- ☐ Negativa de FGTS;
- ☐ Cartão do CNPJ;
- ☐ CND Trabalhista;
- ☐ Negativa de Falência e Concordata;
- ☐ Contrato Social e Alterações;
- ☐ Prova do Cadastro Estadual;
- ☐ Prova do cadastro Municipal;
- ☐ Cédula de Identidade;
- ☐ Balanço Patrimonial com o carimbo da junta comercial.

2.1.1 - Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto federal nº 4.358-02.

2.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial no caso de empresa comercial;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.3 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- d) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- e) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município da sede da empresa;
- f) Comprovante de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo;
- g) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

2.1.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser utilizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

2.2 - Os documentos acima citados poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião, por funcionário do Município ou publicação em órgão da imprensa oficial. Sendo que os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficam sujeitos a verificação de sua autenticidade.

3 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS:

As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação em via digitadas, em papel, assinada sua última folha e rubricada nas demais, sem rasuras ou emendas, em dois envelopes distintos, fechados, contendo na sua parte externa e fronteira a seguinte inscrição:

Ao Município de Planalto
Tomada de Preço n.º 04/2023.
Envelope n.º 01 – documentação
Proponente (nome completo da Empresa)

Ao Município de Planalto
Tomada de Preço n.º 04/2023.
Envelope 02 – Proposta

Proponente (nome completo da Empresa)

3.1 – Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

a) Certificado de Registro Cadastral atualizado, em sua via original, fornecido pelo Município de Planalto/RS.

b) Certidão de Registro no CREA pessoa Jurídica, onde deverá constar o nome do responsável técnico da empresa;

c) Certidão de Registro no CREA Pessoa Física em nome do responsável técnico da empresa;

d) Atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, registrado no CREA, fornecido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

OBS: Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.

e) Atestado de visita técnica ao local da obra, que deverá ser feita pelo responsável técnico da licitante perante o CREA, comprovando que visitou e tomou conhecimento de todos os locais de execução da mesma. O responsável técnico deverá apresentar documento de identidade, CIC, Carteira Profissional do CREA e certidão atual do CREA que comprove a responsabilidade técnica. A referida visita deverá ser acompanhada por funcionário do Departamento de Apoio Técnico ou Engenheiro/Arquiteto da Prefeitura Municipal de Planalto, o qual atestará esta visita com documento assinado e carimbado. O atestado poderá ser substituído por declaração de conhecimento da integridade do edital, seus anexo(s) e do(s) local(is) a serem realizados os serviços, conforme modelo constante no ANEXO I deste edital;

f) Se o proponente for representado por procurados, deverá juntar procuração com poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

OBS: A Empresa que pretender usar o benefício da Lei 123/2006, deverá juntar declaração atualizada firmada por contador de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme consta no item 3.2 desta Edital.

3.2 - A empresa que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.I a 5.4 deste edital, deve apresentar no envelope de habilitação, **declaração atualizada, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.2.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.I a 5.4 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488 de 15 de julho de 2007, desde que também apresente no envelope de habilitação, **declaração atualizada, firmada por contador, de que se enquadra no limite de receita referido acima**, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.2.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos

no item 2.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.3.1 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.3.2 - O prazo de que trata o item 3.3 poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3, implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 8.3 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou entrega do objeto licitado, ou ainda revogar a licitação.

3.4 - Os documentos constantes dos itens 3.1 poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial e os documentos extraídos de sistema informatizados (internet) ficam sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

3.5 - Se o proponente se fizer representar deverá juntar procuração ou carta de credenciamento que deve ser apresentada no ato de abertura do processo licitatório, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3.6 - O envelope nº 02 deverá conter:

a) Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o **preço unitário e global**, conforme objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos do proponente.

b) Planilha orçamentária de quantitativos, custos unitário e total, que deverá ter como paradigma o elaborado pelo município;

c) A cotação deverá ser de no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

d) Deverá ser apresentada separadamente uma proposta contendo o valor dos materiais e o valor da mão de obra, para fins de empenho junto à contabilidade.

Observação 1: O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data aprazada para sua entrega.

Observação 2: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4 - DO JULGAMENTO:

4.1 - O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o **menor preço global**, das propostas classificadas por atenderem integralmente as exigências contidas neste Edital.

4.2 - Para efeitos de julgamento, esta licitação é do tipo menor preço.

4.3 - Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44

e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

4.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes, nos termos do § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

5 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

5.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.2.1, deste edital.

5.1.2 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

5.1.3 - A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.2 - Ocorrendo empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior a aquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 5.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

5.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 5.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

5.4 - O disposto nos itens 5.1 a 5.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.2.1, deste edital).

5.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:

6.1 - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimado ou inexequível.

7 - DOS RECURSOS:

7.1 - Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

8 - PRAZOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

8.1 - Esgotados todos os prazos recursais e após a homologação, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

8.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.4 - O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar da ordem de serviço emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por força maior ou em caso fortuito.

9 - DO LOCAL:

9.1 - O local para a realização das obras será no interior do município de Planalto/RS nas Comunidade da Linha Limeira.

10 - DAS PENALIDADES:

10.1 - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

10.2 - Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

10.3 - Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

11 - DAS CONDIÇÕES E PAGAMENTO:

11.1 - O pagamento será efetuado conforme execução, cronograma de execução e após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12 - DAS RESPONSABILIDADES:

12.1 - A contratada fica responsável por toda e qualquer turbção ocorrida na obra enquanto a mesma não for recebida pelo Contratante.

13 - DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DE CONTRATO:

13.1 - A empresa vencedora do certame **deverá apresentar** antes da assinatura do contrato, os documentos abaixo descritos:

a) **ART** (Atestado de Responsabilidade Técnica) de execução da Obra;

b) Declaração da empresa vencedora informando o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que representa a atividade de maior receita da empresa;

c) Declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que a empresa não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 - As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Despesa	Há Previsão
2006 4490.51.91.00.00.00 - Obras em Andamento	01

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- a) **Não serão aceitas propostas com valor superior ao valor orçado pela municipalidade, conforme planilha orçamentária em anexo;**
- b) Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital;
- c) Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas exigidas no edital e não apresentadas na reunião do recebimento;
- d) Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;
- e) Somente terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão julgadora;
- e) Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;
- f) Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h às 11h30min e das 13h às 17h, na Prefeitura Municipal de Planalto, setor de licitações, pelo telefone (55) 3794-1133.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, 15 de Março de 2023.

CRISTIANO GNOATTO
Prefeito Municipal

ANEXO I

À comissão de Licitação:

Edital: Tomada de Preços nº 04/2023

Objeto: Implantação de Sistema de Abastecimento de Água

Local da Prestação do Serviço: Localidade de Linha Limeira

Prezados senhores,

A empresainscrita sob CNPJ nº, por meio de seu representante legal, declara que tomou conhecimento da integridade do edital supra citado,

inclusive que tomamos conhecimento do(s) local (ais) a ser realizada a(s) obra(s)/serviço(s) e que possuo todas as informações (projetos, planilhas de custos, cronograma, memorial descritivo e anexos) necessárias para elaborar a proposta.

Local e data

Carimbo do CNPJ e Assinatura do responsável pela empresa

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº 87.612.891/0001-15, com sede na Rua Humberto de Campos nº 732. CEP 98.470-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor CRISTIANO GNOATTO, brasileiro, casado, CPF sob o nº 636.783.570-91, portador do RG nº 6064114777, residente e domiciliado na Rua D. Pedro II, nº 1051, Bairro Centro em Planalto, RS, denominado simplesmente de CONTRATANTE;

CONTRATADA:, empresa inscrita no CNPJ, com endereço comercial na, neste ato representado por, inscrita no CPF sob nº, de ora em diante denomina simplesmente de CONTRATADA, tendo justo e acertado o presente contrato, na forma Edital de Licitação modalidade Tomada de Preços nº 04/2023, tipo menor preço, de acordo com as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de e suas respectivas alterações, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:

1.1. O presente contrato fundamenta-se:

I - De acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

II - Nos preceitos de direito público; e

III - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições direito civil.

1.2. O objeto do presente contrato terá como fiscal o senhor Luiz Henrique Gnoatto, o qual está incumbido da tarefa de fiscalizar o serviço prestado. nos termos do artigo 58, inciso III, da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO VALOR:

2.1. O presente contrato tem por objeto a Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Localidade de Limeira, interior do Município de Planalto, com a finalidade à Instalação de um Sistema de Abastecimento de Água, com Estação elevatória, Sistema de Reservação e Rede de Distribuição aos moradores da referida comunidade do Município de Planalto – RS, tudo conforme memorial descritivo, planilhas de custos, cronograma e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços de nº 04/2023.

2.2. A Contratada fará jus ao valor total de R\$ (.....), ao valor total da Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Localidade de Linha Limeira, conforme o edital de licitação a que este contrato vincula-se.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

3.1. O prazo de vigência do contrato será de (seis) meses. a contar da ordem de serviço emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário podendo ser prorrogado a critério da Administração, em razão de força maior e caso fortuito.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS:4.1. O pagamento será efetuado conforme cronograma de execução e após recebimento da Nota Fiscal, acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela Fiscalização do Contrato.

4.2. Deverão ser apresentadas as Notas Fiscais discriminadas. de acordo com a Nota Empenho, para que após conferência atestado e aceite pelo fiscal do contrato, seja credita em favor da Empresa, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.3. Não serão efetuados pagamentos por meio de títulos de cobrança bancária.

4.4. Quaisquer erros ou omissões havidos na documentação fiscal ou na fatura, serão motivo correção pela CONTRATADA, e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento que o problema seja definitivamente sanado.

4.5. Fica condicionado o pagamento à comprovação do cumprimento das obrigações fiscais trabalhistas correspondentes, ou seja, deverão estar com a validade em dia, as Certidão Negativas de Débitos da União, Estado, Município e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão Negativa do FGTS.

4.6. Em caso de irregularidade, o MUNICÍPIO notificará a empresa para que sejam sanadas pendências no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de aplicação das sanções pelo inadimplemento, rescisão do contrato ou a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração, além das penalidades já previstas em lei.

4.7. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas. impostos contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos dever estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

4.8. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto taxa contribuição, deverá ser consignado no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

4.9. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada ou da garantia apresentada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.10. Fica desde já reservado ao Contratante o direito de suspender o pagamento, até regularização da

situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação do serviços prestado forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação ao efetivamente contratado.

4.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.12 - Não haverá reajustes, equilíbrio econômico-financeiro, disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, deverá ser devidamente justificado e será analisado pela administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

2006 44905191000000 OBRA EM ANDAMENTO RV 01

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a empenhar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

I - Cumprir integralmente os termos do edital de Tomada de Preços de nº 04/2023 e seus anexos;

II - Comprovar, sempre que exigido pelo Contratante, a procedência original das peças, parte de peças, componentes e outros materiais necessários, se necessário por meio de notas fiscais;

III - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou de execução dos serviços;

IV - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;

V - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

VI - Obedecer à melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativo;

VII - Responsabilizar-se por toda e qualquer turbulação ocorrida na obra enquanto a mesma não for recebida pelo Contratante;

VIII - Cumprir as obrigações constantes no edital de Tomada de preços nº 04/2023, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

O Contratante durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

I - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

II - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

III - Efetuar o pagamento à Contratada em conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 04/2023;

IV - Certificar-se que a empresa entregou os documentos exigidos no item 12 do edital Tomada de Preços de nº 04/2023, quando da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Todos os produtos e serviços constantes neste contrato serão fiscalizados pelo Município por meio de servidor público designado, doravante denominado Fiscalização que tem autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle fiscalização da execução contratual.

8.2. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

I - Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações “providências;

II - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

III - ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

IV - atestar mensalmente a execução dos serviços e seu recebimento definitivo;

V - encaminhar ao Serviço de Orçamento e Pagamento os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamentos

8.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS OBJETOS:

9.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

I- provisoriamente imediatamente após a entrega dos objetos:

II - definitivamente em até 5 dias úteis.

9.2. Se após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram mal executados ou que os equipamentos encontram-se com defeito, fora de especificação do edital de Tomada Preços de nº 45/2018 serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação.

9.3. O serviço executado em desacordo com o estipulado neste instrumento ou na proposta da Contratada será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:

10.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

I - advertência;

II- multa;

III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

10.3 - Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

10.4 - Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.5. Na hipótese do item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do caput desta

cláusula.

10.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ofertada ou cobradas diretamente da Contratada amigável ou Judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

10.7. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da Justificativa, ficará a critério do contratante.

10.8. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

10.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1 Constituem motivos incondicionados para rescisão do contrato as situações previstas nos arts. 77 e 78 na forma do art.79, inclusive com as consequências do artigo 80 da Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso. as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

12.2. Para os casos previstos no item 12.1 desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão. por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

12.3. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividade específicas do cumprimento deste contrato. inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas “Disposições Finais”.

12.4. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela pelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público não seja interpretado como regra contratual.

12.5. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

12.6. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em renovação de qualquer uma das cláusulas ou condições instituídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 -Fica eleito o foro da cidade de Planalto como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E. por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas.

Planalto, RS,de de

MUNICÍPIO DE PLANALTO/RS
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA